



PABLO GIOVANNI
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

TJDFT considera lei de caminhões-guinchos inconstitucional

O Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) considerou inconstitucional a lei nº 7.439/2024, de autoria do deputado Hermeto (MDB), que trata do uso de faixas exclusivas para caminhões-guinchos na capital federal.

O processo foi protocolado no Judiciário pelo Executivo local, que alegou vício de iniciativa, já que a proposta invadiria a competência da União — responsável por legislar sobre trânsito nos estados e no Distrito Federal. Embora a lei tenha sido aprovada na Câmara Legislativa (CLDF), o governador Ibaneis Rocha (MDB) a vetou. No entanto, a medida do chefe do Executivo foi derrubada pelos deputados distritais no plenário.

O relator, desembargador Roberval Belinati, acolheu o pedido da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) e destacou que a norma também invade a competência privativa do Executivo local. Ele relembrou que, em um caso semelhante envolvendo uma lei que permitia o tráfego de veículos dos Conselhos Tutelares nas faixas exclusivas, a Corte declarou inconstitucional a legislação.

“Portanto, uma lei de iniciativa parlamentar, ainda que com a pretensão de promover melhorias na circulação de veículos nas faixas exclusivas de ônibus, não pode incluir outros beneficiários no rol já estabelecido pelo órgão competente, sob pena de ofensa indevida ao princípio da reserva de administração, no que tange à regulamentação do trânsito e do transporte público local”, escreveu Belinati.

O voto do relator foi acolhido pelos outros 19 magistrados presentes na sessão do Conselho Especial. O Procurador-Geral da CLDF, Valdeir Cordeiro Coimbra, informou à coluna que a Casa ainda não foi oficialmente notificada sobre a decisão da Corte. “Vamos analisar os fundamentos da decisão para avaliar a viabilidade de recurso”, esclareceu.



Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press

Iges-DF realiza nova aquisição emergencial de cateteres

Após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinar, em março deste ano, o recolhimento de todos os cateteres intravenosos da empresa Medix Brasil devido a desvios de qualidade, o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF) decidiu abrir uma nova aquisição emergencial desses materiais. Segundo integrantes do instituto, não há falta de cateteres no Centro de Distribuição, mas a medida foi tomada por precaução.

A Anvisa ordenou o recolhimento de todos os cateteres da empresa após uma denúncia de um vereador de Joinville (SC), alegando que servidores de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) relataram que o equipamento poderia causar rompimento das veias dos pacientes. Uma nova empresa assumirá o fornecimento do material no Distrito Federal.



Ed Alves/CB/DA.Press

MPDFT avalia pedido de prisão de Adriana Villela

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) aguarda a publicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), que valida a execução imediata da pena imposta pelo Tribunal do Júri, para avaliar um possível pedido de prisão de Adriana Villela.

Adriana foi condenada a 67 anos de prisão pelo assassinato de seu pai, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) José Guilherme Villela, da mãe, Maria Villela, e da empregada, Francisca Nascimento. O crime, conhecido como o “Crime da 113 Sul”, chocou o país.

O processo de Adriana está suspenso no Tribunal do Júri de Brasília há mais de um ano, após a defesa recorrer a instâncias superiores. À coluna, o advogado de Adriana, Kakay, criticou a decisão do STF, chamando-a de retrocesso. “Prender alguém sem culpa formada é algo teratológico. O julgamento de Adriana ocorreu há anos, e desde então ela responde em liberdade. Colocá-la na prisão agora, sem qualquer novo fato que justifique tal medida, é monstruoso.”



Ed Alves/CB/DA.Press

Deputado pede suspensão de ações contra ambulantes no Eixão

O deputado Fábio Felix (PSol) protocolou um pedido no Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) para suspender as ações contra comerciantes do Eixão do Lazer até que o Plano de Uso e Ocupação do espaço seja elaborado. No ofício encaminhado ao conselheiro e presidente da Corte, Márcio Michel, o parlamentar argumenta que as remoções de vendedores ambulantes e trabalhadores culturais são questionáveis, devido aos impactos econômicos e sociais gerados.

“Estamos acionando o tribunal para que acompanhe a elaboração do plano de ocupação do Eixão, que precisa ser democrático e respeitar a consolidação cultural e de lazer desse espaço. Enquanto a nova norma não é publicada, é inaceitável que o governo penalize os ambulantes. Vamos acompanhar de perto as novas ações e as decisões sobre o futuro desse importante espaço da cidade”, declarou Felix à coluna.



Ed Alves/CB/DA.Press

Polícia investiga tentativa de homicídio contra candidato a vereador

Policiais civis da 17ª Delegacia Regional de Polícia, em Águas Lindas, continuam as investigações para identificar o autor da tentativa de homicídio contra o candidato a vereador Murilo Silva (PP), ocorrida na última terça-feira.

Os investigadores afirmaram à coluna que recolheram mais imagens das câmeras de segurança da rua para detalhar as ações do suspeito. O presidente regional do PP em Goiás, Alexandre Baldy, cobrou uma resposta rápida da Polícia Civil do Estado de Goiás (PCGO) sobre o caso. “O que aconteceu com Murilo e seu cabo eleitoral é inaceitável. Foi uma grave ameaça ao Estado Democrático de Direito. A democracia não comporta qualquer tipo de violência, barbárie ou ação de ódio”, afirmou Baldy.

Projeto de lei concede terreno à Neoenergia

O governador Ibaneis Rocha (MDB) enviou à Câmara Legislativa (CLDF) um projeto de lei que autoriza a concessão de uso de um imóvel do Distrito Federal para a Neoenergia Brasília. O terreno, localizado na QE 18 do Guarã, será utilizado para a construção de uma nova subestação de energia elétrica.

O texto cita que o objetivo é garantir o fornecimento de energia elétrica conforme os padrões regulatórios e de confiabilidade esperados para o Distrito Federal, uma vez que a subestação existente na região opera atualmente com 91,22% de sua capacidade.

A proposta tramitará pelas comissões da CLDF, incluindo a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo (CDESCMAT), a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) e a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Acácio Pinheiro/Agência Brasília

Conselheiro do TCDF fará palestra sobre sanções administrativas

O conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) Renato Rainha ministrará uma palestra na próxima semana na Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF). O tema será Controle Externo e Sanção Administrativa, parte de um projeto da OAB-DF sobre as principais falhas apontadas nas fiscalizações dos Tribunais de Contas.

Rainha, que dirige a Escola de Contas do TCDF, foi convidado pela OAB-DF para contribuir com a discussão sobre a transparência e eficiência na gestão pública. A palestra será realizada na próxima terça-feira, no plenário da ordem, na SEPN 516. As inscrições são gratuitas.



Divulgação/TCDF

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

PESQUISA / Levantamento intitulado Vivências e Demandas das Mulheres por Segurança no Deslocamento ouviu 4.001 entrevistadas, de diversas regiões do Brasil, e aponta que, no DF, 74% já sofreram violência ao saírem às ruas

Mais respeito, por favor

» MARIANA SARAIVA
» GABRIELLA BRAZ

Uma pesquisa divulgada ontem revelou que 71% das mulheres brasileiras já enfrentaram algum tipo de violência ao se deslocar pelo país. No Distrito Federal, esse índice é ainda mais elevado, com 74% das entrevistadas relatando ter sofrido violência ao saírem às ruas. Entre as mulheres que enfrentaram essa situação, 71% disseram que o incidente ocorreu enquanto se deslocavam a pé, e 45% relataram ter sofrido violência dentro de ônibus.

A estudante de odontologia Isa Gabriela Gonçalves, 23 anos, conta que todas as vezes que vai a pé para casa depois da academia sofre situações de assédio. “Os homens passam de carro ou andando e sempre jogam alguma piadinha constrangedora”, relata. “Eu me

sinto extremamente invadida em ter que enfrentar situações como essa, me trazem sentimentos angustiantes e envergonhados”, afirma a estudante.

Tanto no âmbito local quanto no nacional, o assédio foi o tipo de violência mais registrado: 42% das mulheres no DF e 44% na média do país relataram ter recebido olhares insistentes e cantadas. Além disso, 36% das mulheres em Brasília confirmaram ter sido vítimas de assalto, furto ou sequestro-relâmpago, em comparação a 26% na média nacional.

Quanto à reação após sofrer violência, 74% das mulheres afirmaram que nunca reagiram, um aumento em relação aos 69% registrados em 2023. Pouco mais de metade das vítimas (52%) relatou abalo psicológico após o episódio, e 38% disseram que as pessoas que presenciaram a violência não tomaram

nenhuma atitude para ajudar.

A pesquisa Vivências e Demandas das Mulheres por Segurança no Deslocamento entrevistou 4.001 mulheres em diversas cidades e regiões do Brasil, incluindo Belém, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. A pesquisa foi promovida pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, com o apoio da Uber.

Advogada e especialista em gerenciamento e enfrentamento ao assédio, Michelle Heringer afirma que muitos homens ainda se sentem à vontade para importunar mulheres na rua devido a fatores culturais, sociais e históricos que

reafirmam a objetificação da mulher e a normalização de comportamentos desrespeitosos e ofensivos. “Sob o argumento de que são apenas elogios e expressões de desejo e vontades, os homens não percebem que comentários indesejados, ‘brincadeiras’ ou olhares insistentes causam grande desconforto e violam os limites pessoais das mulheres, causando medo, frustração, além da sensação de desamparo”, afirma.

Para que esse cenário mude, a especialista acredita que é preciso, principalmente, educação e conscientização sobre respeito, igualdade de gênero e sobre consentimento. “A implementação de ações

que sejam coordenadas envolvendo educação, políticas públicas, responsabilização dos agressores, criação de espaços públicos mais seguros e uma significativa transformação cultural podem, sim, mudar essa dura realidade”, ressalta Michelle.

Medo

Quase todas as mulheres entrevistadas (97%) relataram sentir medo ao se deslocar, sendo que 80% disseram sentir muito medo. Em Brasília, 82% das entrevistadas relataram sentir muito medo, superando a média nacional.

O medo de sofrer estupro é o mais comum, afetando 66% das mulheres que têm muito medo. Em seguida, estão o medo de assalto, furto ou sequestro-relâmpago, relatado por 66% das mulheres no Brasil e 65% no DF; e o medo de importunação ou assédio sexual, que afeta 58% na média nacional e 56% no DF.

A pesquisa revelou que as mulheres brasileiras se deslocam em média quatro dias por semana, com 26% saindo de casa todos os dias. O ônibus é o meio de transporte mais utilizado, por 42% das entrevistadas, seguido por caminhada, por 41%, e carro particular (próprio, de familiares ou de terceiros), com 38%.

Comportamentos

Para as entrevistadas, a insegurança está associada à falta de políticas públicas. A ausência de

Números do abuso

71%

das mulheres brasileiras já enfrentaram algum tipo de violência ao se deslocar pelo país

74%

das entrevistadas no DF relataram ter sofrido violência ao saírem às ruas

45%

relataram ter sofrido violência dentro de ônibus na capital

policimento foi identificada como o principal fator de insegurança por 56% das participantes, enquanto a falta de iluminação pública foi mencionada por 52%, e ruas desertas e vazias por 50%.

A maioria das entrevistadas (94%) acredita que a segurança das mulheres deve ser uma prioridade nas eleições municipais. Embora reconheçam a responsabilidade do Estado, muitas adotaram estratégias individuais para fugir da violência, como evitar locais desertos e escuros (97%), escolher o assento no transporte coletivo (90%), deixar de sair à noite (89%) e até mesmo não usar certos tipos de roupas ou acessórios (87%).